

**Da esperança do *El Dorado* à degradação do humano.
Relações de trabalho escravo e degradante em Mato Grosso no séc. XX**

Prof. Dr. Vitale Joanoni Neto¹ - UFMT

*Sua servidão é o princípio de sua felicidade, sua desgraça é causa de sua salvação*².

Nosso objetivo neste trabalho consiste em analisar o uso do trabalho compulsório no Brasil e em Mato Grosso no decorrer de nossa história. Entendemos que não basta tratar da ocorrência do fenômeno escravista que vitimou o negro por aproximadamente quatro séculos, mas impõe-se a abordagem mais abrangente de uma relação de trabalho que atingiu e atinge ainda nesse início de século XXI, além dos próprios negros, também os mestiços, índios e brancos pobres. Para esta massa de explorados, liberalismo, neoliberalismo, globalização, avanços tecnológicos, Estado Social, entre outras expressões contemporâneas, não fazem sentido algum.

No século XVIII Antonil em viagem pelo Brasil visitou engenhos e narrou as condições em que viviam senhores e escravos e testemunhou a dureza do trabalho nos engenhos

*... segue-se a casa das fornalhas, bocas verdadeiramente tragadoras de matos, cárcere de fogo e fumo perpétuo e viva imagem [...] do inferno. Nem faltam perto dessas fornalhas seus condenados que são os escravos ...*³

Segundo Freireyss, os libertos eram muito mais infelizes pois haviam perdido o sentido da conservação própria, trabalhavam apenas esporadicamente, entregavam-se aos vícios e perturbavam a paz pública. Ao final arremata, “*que se poderá esperar [...] de uma massa de gente assim... ?*”⁴

Entre 1653 e 1661 o padre Antonio Vieira esteve no Maranhão, conheceu a sociedade local, acompanhou expedições de caça aos índios e manifestou em seus sermões suas impressões sobre o que viu. Ele constrói imagens fortes que retratam o sofrimento dos índios, a indiferença dos não índios e a impotência da igreja, nessa época a serviço da coroa, frente a essa situação. O vigor da pregação de Vieira contra a

escravização do índio não se repete quando ele volta suas atenções para o africano. A África foi comparada ao inferno e lá os nativos seriam escravos de corpo e alma. Sua vinda para o Brasil seria um passo na direção de sua redenção pois, batizados, tornar-se-iam libertos na alma e viveriam como no purgatório à espera da entrada no céu. A escravização no Brasil seria uma etapa intermediária entre a total perdição africana e a redenção no paraíso.⁵

Tal pregação tornava a Igreja Católica o lugar da reprodução da instituição escravista. Era em seu interior que escravos e patrões aprendiam e se reconheciam em suas respectivas posições sociais. O negro africano deveu sua sorte ao seu pecado, à sua natureza embrutecida – todos os seus hábitos cotidianos: práticas terapêuticas, manifestações religiosas, costumes alimentares, estética foram demonizados pela Igreja e sociedade Católica colonial -. O Estado escravista poderia progressivamente libertá-lo de tal jugo. O aparente paradoxo provocado pela sua igualdade de direito à evangelização foi superado quando se circunscreveu essa condição à esfera religiosa, subtraída de questionamentos.

As ações do movimento abolicionista no séc. XIX identificaram-se pouco com a causa dos negros, sem menção a ressarcimentos ou integração desta população à sociedade nacional. A abolição transformou-se em uma alforria coletiva e o negro antes escravo passou a ser o forro, mas marcado pelo estigma social imposto pela cor da pele que o identificava a um ser inferior, conforme inclusive alguns estudos científicos da época⁶. A abolição da escravidão brasileira foi um imperativo que teve a elite dominante branca como a maior interessada. O negro passou de única mão de obra disponível para mais um concorrente no mercado de trabalho. O que deveria ter significado uma restrição ao uso da mão de obra, foi na verdade uma ampliação, já que agora se incluem nesse contingente, brancos pobres, mulatos, outros mestiços e os próprios negros.

Observando a abolição brasileira por esse prisma podemos notar a base morfológica⁷ não só da desumanização da pessoa do trabalhador rural, mas também da conversão dessa exclusão social numa aceitação passiva. Essa massa proletarizada,

encarou tal fato como promoção social, pois sentiam-se naquele momento classificados na ordem social, ascendendo à condição de trabalhadores livres. A coação extra-econômica (açoites, pelourinho, amputações), foi dispensada e substituída pelo trabalho assalariado. Os avanços tecnológicos, as leis trabalhistas nascentes, possibilitaram aos donos dos meios de produção deixar o trabalhador a mercê das leis “naturais” da produção, ou seja, na dependência do capital.

Infelizmente os registros históricos sobre esses abusos atravessam o século XX. Segundo D. Pedro Casaldáliga, no início dos anos 1970, na região nordeste do estado de Mato Grosso a mão de obra vinha do nordeste brasileiro e de Goiás, os métodos de recrutamento eram as promessas de bom trabalho e remuneração justa, feita geralmente por “gatos” que assumiam os trabalhos nas fazendas sob o regime de “empreita”, uma forma de terceirização que “isentava” o fazendeiro, para efeitos legais, das arbitrariedades que sabidamente o gato cometia. Os trabalhadores aliciados, chamados “peões” na região, entre os quais muitos menores com até 13, 14 anos, eram transportados até o local dos serviços e uma vez ali eram obrigados a pagar pelo transporte, ferramentas, alimentos que ficavam disponíveis no barracão da fazenda a preços exorbitantes, tinham que construir seus próprios barracos no meio da mata para não dormir ao relento, sofriam com a altíssima incidência de malária e tinham que pagar pelos medicamentos “*inclusive amostra grátis*”⁸. Ali muitos morriam anônimos. Os pagamentos eram efetuados como e quando o gato queria, muitas vezes apenas com vales que eram uma maneira de prender o trabalhador, fato que gerava um comércio paralelo desses papéis, alguns vendidos pela metade do que valiam. Inútil denunciar tais crimes à polícia militar, freqüentemente conivente com as irregularidades, ou quando não, impotente para enfrentar os interesses dos fazendeiros da região. Ao fim dos trabalhos, os peões eram largados nas vilas e tinham que arcar com as despesas de sua volta para sua região de origem. Considerados pelos moradores locais como inferiores muitos assumiam essa identidade, passando a viver entre períodos de trabalho forçado nas fazendas (que podiam chegar a cinco meses), e períodos de folga nas vilas à espera do próximo trabalho, Permanecendo em locais públicos (praças, ruas,

terminal rodoviário), reconhecido como de concentração desse tipo de trabalhadores e aos quais os “Gatos” e proprietários de terra recorriam quando precisavam de sua mão-de-obra. Seu círculo social estava restrito aos seus iguais, andarilhos, pedintes e prostitutas, todos considerados “*gente da mesma classe*”⁹. Tal resignação e apatia só se explicam pelo fatalismo sedimentado em gerações de brasileiros desprovidos de qualquer direito, expatriados ao nascer, aos quais a nação deu as costas.

Durante a década de 1980, no noroeste de Mato Grosso, outros casos foram denunciados. Famílias inteiras foram trazidas do Paraná, onde tinham casa e vida própria, atraídas por ofertas de empregos, e que ao se verem dentro das propriedades, presas e submetidas pela força de armas, aviltadas em sua integridade e dignidade, vendo seus entes queridos ameaçados, expostos à fome e obrigados ao trabalho forçado, pouco puderam fazer. Somente na região de Vilhena (RO), 239Km de Juina (MT), em 1983, em um único mês foram denunciados quatro mil casos de trabalho escravo¹⁰. Relatos sobre essas experiências são raros. O medo, o desconhecimento de direitos que, aliás, não fazem nenhum sentido para essas pessoas, a vergonha diante de humilhações sofridas, faz as pessoas omitirem essa experiência. No entanto, quando afloram, é possível sentir sua intensidade:

Foi gente daqui [...] que trabalhava, foi no Paraná busca gente [...] veio umas 18 famílias [...] trabalha em serraria [...] numa fazenda. Foi pra lá que nós viemo [...] eu vim contra a vontade e to aqui até hoje também [...] nós ia junta dinheiro co rodo [...] meu Deus... até hoje nós não temo nada [...] tinha o mercado da firma nessa fazenda, então eles vendiam pra gente o preço que eles queriam [...] no pagamento, final do mês você ia lá não tinha nada porque você tava devendo tudo no mercado [...] entrou eu e minha irmã também trabalha pra ajuda o marido, pra vê se no final do mês nós tinha o que recebê na firma, mas chegava lá era zero engolindo zero e nós não tinha nada [a pesquisadora perguntou: “quanto tempo ficaram na fazenda?”] cinco anos, sofremo até não quiere mais...¹¹

Relatos como esse são raros, mas não as situações nele apresentadas. As recentes ações dos Grupos de Fiscalização Móveis reunindo Tribunal Regional do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho, Polícia Federal, entre outros órgãos, têm demonstrado

que a prática ao uso do trabalho escravo ou compulsório em atividades como a “cata de raízes”, construção ou reforma de cercas, desmatamento, entre outras tarefas, é ainda comum no Estado. É possível notar pelo relato acima que não se trata apenas de descumprimento de leis trabalhistas. Essas pessoas são atingidas em sua dignidade, reduzidas a condição de coisa. Chama-nos a atenção o tom não de indignação, mas de resignação na fala dessa pessoa. Ela poderia se lamentar dos salários e direitos não recebidos, poderia bradar contra a injustiça de que foi vítima, mas sua memória remete à promessa de riqueza que iludiu o marido como uma ponte que leva à busca das razões da vinda para o Mato Grosso; à dureza do cotidiano de trabalho na serraria, à dor da mãe em não poder atender ao desejo dos filhos de tomar leite. Seus sonhos remetem teimosamente ao passado, à casa que ainda é sua, pois é mantida em sua memória, preservada como algo caro, terno, sinal de um tempo, talvez mitigado pela memória, que ela apresenta como feliz.

Em outros depoimentos, encontramos casos de famílias errantes que trazem em suas trajetórias as marcas de uma busca incessante por dignidade e trabalho, submetendo-se para isso a provações dificilmente compreensíveis para quem olha para este mundo de fora. Encontramos em Juina (MT), um exemplo marcante. Uma família de cearenses que, impelida a sair de sua terra, viu-se envolvida pelo grande fluxo migratório existente em nosso país e, como retirantes do séc. XXI foram trazidos para o noroeste de Mato Grosso. Seu relato está permeado de passagens fantásticas, produto dos múltiplos olhares que compõem esse submundo. Das dezenas de páginas transcritas, separamos um fragmento que trata da trajetória desde Barbalha no Ceará, até Juina, num retrato vivo desse grande organismo dentro do qual se dá o deslocamento populacional.

“... às vezes achava um cacau na estrada e depois achava assim uma coisa verde, comia e bebia a água, aquelas água quente do meio da estrada [...] achava caça morta no meio da estrada, a gente só pelava e comia...”¹²

Impossível identificar o percurso descrito por seu Antonio e sua família. Ele tem nexos próprios. Os caminhos que nos acostumamos a ver nos mapas, o sentido e a orientação que

seguimos em nossos deslocamentos não cabem em seu relato, que expõe de modo cru um mundo de trabalho familiar árduo, de renda de centavos, de nenhuma posse, mesmo o sentido de pertencimento a um lugar lhe foi tirado; de alimentar-se quando e daquilo que for possível, mesmo que a identificação do alimento pareça incerta, “*a coisa verde*” ou a “*caça morta*”, expõe a necessidade levada ao extremo.

A comunidade católica de Juina se organizou para acolher essa família cedendo-lhes casa, móveis, roupas e trabalho. Poucos meses depois eles largaram tudo e se puseram novamente no caminho. Estamos diante da absolutização da desterritorialização. A ampla miséria vivida na origem, as claras pistas da condição de deserdados os iguala a outros tantos milhões pelo país. Estas pessoas são desprovidas de suas memórias, de seu passado reduzido à inutilidade no constante caminhar. Suas ações são comandadas pelo futuro. O passado é um lugar distante e não contamina sua rotina de diários encontros com o estranhamento, com o sempre novo e sempre difícil. Pela expectativa do que virá. Não existe ponto de partida e ponto de chegada, só o trajeto. As cidades, os empregos e os contatos, não são mais que meios, para continuarem sua eterna rota.

O trabalho da derrubada quando o dono da terra tem recursos para tal, é ainda hoje, entregue aos “gatos”, empreiteiros locais que empregam “peões” na sua execução. Esse grupo social chamado “volantes ao estilo Mato Grosso”,¹³ “raizeiros” na região de Sinop e “pés-inchados” na região de Juina, fixam-se em praças públicas, rodoviárias ou outros locais públicos das cidades à espera de trabalho. Sem recursos, superexplorados na execução de tarefas muito duras e pelas quais nem sempre recebem, vivem maltrapilhos, embriagando-se e dormindo ao relento. A pesquisa demonstrou que muitos são casados, têm famílias, alguns têm pequeno grau de instrução e profissão, mas perderam contato com suas vidas. É comum chorarem ao se lembrarem de seus filhos, esposas e pais que ficaram para trás por problemas como alcoolismo, drogas e dívidas com a justiça. Levados pelos “gatos” para o interior das propriedades rurais enfrentam jornadas de 15, 20, 30 dias, operando motosserras e machados na retirada de madeira de lei, desmatamento, retirada dos tocos e

raízes e colocação de cercas, trabalho que exige conhecimento e cuidado, pelo qual receberão pouco e da forma como o “gato” quiser.

...eu terminei meu serviço né? Dez alqueire, quinze [...] quarenta [...] se comprou uma calça, um fumo extra forte [...] esse é o seu e pagando todo mundo, todo mundo dá seus pulos, mas fica nessa moage. A maior parte desses empreiteiros fica nessa moage [...] se eu for cobrar você sabe o que vou receber? Um tapa no meio da cara [...] o dinheiro deles é o vale. Dinheiro nada. Pagamento que tem dentro de Juina é o vale.¹⁴

Essa indignação não tem alcance maior que o som da voz desse peão. Desconsiderados socialmente, ficam à mercê da superexploração das “pessoas de bem”, submetidos aos caprichos do “gato”. Nas áreas de trabalho são facilmente surpreendidos pela mata. Se os dados oficiais são trágicos ainda nestes primeiros anos do séc. XXI, as narrativas tendem ao fantástico quando falam de “*paus que pulam*”, galhos que caem inesperadamente da alta copa das árvores, troncos que “dançam”, ou “coiceiam”. É como se a natureza resistisse empreendendo uma luta corpo a corpo, procurando derrotar seus adversários.

As histórias de vida dessas pessoas passam, invariavelmente, por seguidas migrações, desrespeito aos direitos mais fundamentais do ser humano e abandono por parte do poder público. Dona Alice e Seo Hilário são casos exemplares. Nascidos na Bahia migraram rumo ao Sul sempre em busca de trabalho no campo e melhor condição de vida. “*Iludiram a gente com toda aquela bobagem. Falaram até que a gente ia rastelar dinheiro debaixo dos pés de café*”. No interior de São Paulo, foram submetidos ao trabalho escravo na lavoura por quase doze meses, cinco dos quais trabalharam sem receber nenhuma alimentação: “*comia mamão cozido e sem sal, porque não tinha*”. Hoje, aos 78 anos, Dona Alice conta uma longa rota de migração que inclui passagem pelo garimpo, onde uma de suas filhas desapareceu, até a chegada à periferia de Cuiabá onde vive com um salário mínimo, aposentadoria de Seo Hilário.¹⁵

A grande Cuiabá possui um cinturão de miséria à sua volta. 41% da população de Várzea Grande (MT), município desta região com pouco mais de 200 mil habitantes, está

nesta condição, 25% da população do Estado vive com R\$ 80,00 por mês ou menos¹⁶. Ali viceja a cidade clandestina na qual uma gama de soluções alternativas substitui a ausência deliberada do Estado. As “gambiarras” substituem a rede elétrica e o fornecimento de água, “a arquitetura da invasão constrói a não-casa, o perueiro dirige o não-ônibus”.¹⁷ Ali é o espaço do não-cidadão.

Nestas áreas de fronteira, a modernização proporcionou mais que o desenvolvimento do *agrobusiness*, gerou a acumulação e a concentração da riqueza, que alija de modo diretamente proporcional na medida de seu avanço. Os números fantásticos da produtividade da soja matogrossense, a riqueza dos garimpos, o potencial madeireiro, têm em seu avesso uma acentuada desigualdade. Um grande contingente de migrados foram reduzidos à condição de excluídos, e outros tantos continuam a chegar atraídos pela ilusão do Eldorado.

À esses excluídos (e excluído é condição atribuída de fora), resta a exclusão dos direitos, o não reconhecimento por parte do outro, a recusa ao espaço pela obtenção de direitos, ou seja, ele não tem direito ao direito, então está sujeito ao extermínio, a toda forma de exploração, inclusive à sujeição pelo trabalho escravo, visto pelo senso comum como um bem, já que caso contrário restaria para essas pessoas os dias nas praças públicas e no entorno das rodoviárias bebendo e dormindo ao relento.

A reinserção desse grupo não será imposta de fora. Ela poderá vir se como um produto da solidariedade interna, resultar na construção de uma nova identidade, que possibilite a crítica da situação vivida e proponha um projeto de mudança. O reconhecimento de si e a atribuição de uma identidade é caminho para a inclusão, pois pode proporcionar a organização desse grupo, fundamental para a reivindicação de direitos.

¹ Docente do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso. vjneto@uol.com.br

² DUTERTRE, Pe. J. B. *Histoire générale des Antilles habitées par les français*. T. III, Paris, 1666, p.47, apud HURBON, Laënnec. *A Igreja e a escravidão moderna*. In: DUSSEL, E. *História Liberationis*. 500 anos de História da Igreja na América Latina. São Paulo: Paulinas/CEHILA, 1992, p.536

³ *Ibidem*, p.115.

⁴ *Op.Cit.*, p.136.

⁵ SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, 79.

⁶ RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

-
- ⁷ FERNANDES, Florestan. O problema da descolonização. In: GALEANO, Eduardo et. Alii. *América Latina 500 anos de conquista*. São Paulo, Ícone, 1987.
- ⁸ CASALDÁLIGA, Pedro. Uma *Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix, 10 out. 1971. Disponível em <http://alternex.com.br/~prelazia/igreja.htm> acesso em 30 maio 2003, p.12.
- ⁹ MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil*. V.4, São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p.706.
- ¹⁰ CIMI. Amazônia e a investida do capital. *América Latina 500 anos de conquista*. São Paulo: Ícone editora, nº2, 1988, p. 56.
- ¹¹ MELO, N. S. Depoimento. Juina, 26 set. 2000, p.1-7.
- ¹² SANTOS, A. R. Depoimento. Juina, 23 out. 2000, p.5.
- ¹³ SCHAEFER, J. R. *As migrações rurais e implicações pastorais*. São Paulo: Loyola, 1985, p.146.
- ¹⁴ Depoimento colhido entre um grupo de “pés inchados” em Juina, 19 set. 2000, p.3-5. Moagem é uma expressão popular de uso corrente em toda a baixada cuiabana. Neste caso, usada em referência à cínica resistência do ‘Gato’ para pagar o devido.
- ¹⁵ PIMENTEL, Carla. Desrespeito à lei são comuns no Brasil. *A Gazeta*. Cuiabá, 25 jun. 2001. Caderno B, p.1.
- ¹⁶ Mato Grosso tem muitos miseráveis. *Folha do Estado*. Cuiabá, 1 set. 2002. Cidades, p.22. Dado da FGV.
- ¹⁷ MOURA, Rosa. Cinco séculos de desigualdades na apropriação do solo urbano. In: SOUZA, Álvaro, SOUZA, Edson, MAGNONI Jr., Lourenço (orgs.). *Paisagem, território e região. Em busca da identidade*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000, p. 202.